



EIXO 7: FORMAÇÃO E TRABALHO DE PROFESSORES EM PERSPECTIVAS FEMINISTAS, INTERSECCIONAL, DE GÊNERO E RAÇA

RACISMO RELIGIOSO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO SUL DO BRASIL

Maria Eduarda Ferreira de Souza
UNIOESTE
ferreiras.duda@gmail.com

Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia
UFFS
ronaldo.garcia@uffs.edu.br

Resumo

Nos últimos anos, os ataques criminosos a terreiros no Paraná evidenciam como o racismo religioso segue estruturando relações sociais no Sul do Brasil. Esses episódios, muitas vezes silenciados, revelam não apenas a intolerância, mas também a fragilidade da formação docente diante dessa realidade. Além disso, ser uma professora negra e umbandista nessa região é um constante exercício de afirmação, enfrentando resistências dentro da própria escola. Portanto, propor o ensino das religiões de matriz africana ainda gera estranhamento entre colegas, como se esse saber fosse opcional para a formação do indivíduo. Essa resistência ao ensino, mostra o quanto é urgente uma formação docente comprometida com a valorização das tradições afro-brasileiras. A escola, nesse contexto, ocupa um lugar ambíguo: tanto pode reproduzir exclusões quanto se abrir ao diálogo e à escuta. Para que esse potencial se concretize, é necessário investir em uma formação inicial e continuada que prepare o professor para lidar com a diversidade religiosa e aplicar, de forma crítica, as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que seguem sendo desafiadas em sua implementação. Como reforçam Pimenta (2005), Cavalleiro (2005) e Cardoso e Castro (2019), sem a presença efetiva dos saberes étnico-raciais nos currículos das licenciaturas, não se forma um educador capaz de enfrentar o racismo. Essa lacuna se agrava quando observamos o contexto histórico do Paraná, marcado por políticas de imigração europeia que contribuíram para consolidar uma identidade regional branca e cristã, em detrimento da presença negra e indígena. Esse apagamento histórico ainda repercute nas práticas escolares. Estudos como o de Godoi de Souza e Lara (2011) mostram que a produção acadêmica sobre comunidades quilombolas no estado é recente e carente de aprofundamento. Ainda hoje, muitas dessas comunidades enfrentam dificuldades estruturais, sobretudo na luta por território, que representa o sustento, memória e ancestralidade. Esse cenário reafirma a



importância de uma formação docente que reconheça o papel da escola na desconstrução de estigmas, valorizando saberes e práticas que resistem há séculos ao silenciamento. Só assim será possível avançar rumo a uma educação verdadeiramente antirracista e plural. A pesquisa foi realizada a partir da abordagem qualitativa, aliada à pesquisa bibliográfica. A abordagem qualitativa pode ser conceituada em cinco definições, sendo elas:

1º) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; 2º) A pesquisa qualitativa é descritiva; 3º) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; 4º) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; 5º) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa [...] (Triviños, 1987, p. 130).

Além da abordagem qualitativa, os estudos baseiam-se em fonte bibliográfica, a qual foi feita junto à revisão literária, com a utilização de livros, artigos e operadores booleanos, apresentados e explicados em aula. Assim, a fonte bibliográfica é definida da seguinte forma:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos, material cartográfico e até meios de comunicação oral: programas de rádio, gravações, audiovisuais, filmes e programas de televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritas de alguma forma (Marconi e Lakatos, 2017, p. 216).

A pesquisa em si pretende alcançar o objetivo exploratório, o qual é:

As de cunho exploratório são as dedicadas a estabelecer uma aproximação do pesquisador com um dado problema de pesquisa. Na maioria das vezes, as investigações exploratórias utilizam-se da pesquisa bibliográfica, ou ainda, buscam relação entre o problema proposto e as experiências já vivenciadas, seja por meio da coleta de entrevistas, seja por meio de exemplos. Elas cumprem, assim, importante função de abrir caminhos novos, apresentar novas temáticas, fortalecer o debate acadêmico e suscitar novas pesquisas (Toledo e Gonzaga, 2011, p. 86).

Partindo de pesquisas anteriores e objetivos delineados, o projeto de pesquisa visa atingir as metas propostas pelos autores mencionados anteriormente. Para isso, foram utilizados sites oficiais a fim de realizar pesquisas bibliográficas, empregando palavras-chave como "racismo religioso", "religião de matriz africana", "formação de professores" e "cultura afro". A análise evidenciou que o silenciamento das culturas indígenas e afro-brasileiras no Paraná se ancora em uma lógica de colonialidade do poder (Mignolo, 2011), que hierarquiza saberes e mantém a exclusão racial por meio das instituições, incluindo a escola. As políticas de embranquecimento, historicamente apoiadas por figuras como Monteiro Lobato e Renato Kehl (Schwarcz, 1993), contribuíram para apagar presenças negras dos registros culturais e educacionais. Sendo assim, a exclusão também se manifestou na criminalização das religiões



afro-brasileiras, como mostra o Código Penal de 1890, que transformou práticas religiosas em crime. Esse processo histórico construiu estigmas que ainda impactam a formação docente. A ausência de um debate profundo sobre o racismo religioso nas licenciaturas, na construção de Currículos Escolares e na própria BNCC reflete, como aponta Gomes (2003), uma formação que naturaliza a branquitude como centro do saber. Sem enfrentar esse legado, a escola segue reproduzindo exclusões e negligenciando os saberes afro-brasileiros, que também são educativos e legítimos.

Palavras-chave: Racismo religioso; Formação docente; Colonialidade; Religiões afro-brasileiras.

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, DF, Deputados, seção Publicação Original, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica e para a Formação Continuada. Resolução CNE/CP nº 1, de 31 de janeiro de 2024. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, p. 45-49, 01 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União: Seção 1*, Brasília, DF, n. 8, p. 1, 10 jan. 2003.

CARDOSO, Ivanilda Amado; CASTRO, Rosane Michelli de. A ausência/presença das relações étnico-raciais nos currículos dos cursos de pedagogia: o caso da Unesp/Marília. *Revista Educação em Questão*, v. 44, n. 33, p. 167–194, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/2934>. Acesso em: 29 jul. 2025.

CAVALLEIRO, Eliane. Lei nº 10.639/03: caminhos abertos pela educação antirracista. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: MEC, 2005. p. 82–88. Disponível em: https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf

CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES (CEERT). *Branqueamento e branquitude no Brasil*. Petrópolis: CEERT, 2024. Disponível



em: <https://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (Rio de Janeiro). Foto retirada de microfilme. Biblioteca Nacional, 1 abr. 1941. Rio de Janeiro. Disponível em:

<https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/01/religioes-afro-brasileiras-enfrentam-longa-historia-de-racismo-mas-resistem> Acesso em: 11 jul. 2025.

HELLSTROM, Diego. Intolerância Religiosa: Terreiro de Cascavel é alvo de pedras. *CGN*, Cascavel, 27 mar. 2022. Disponível em: *CGN*. Acesso em: 1 ago. 2025.

IBICT. *Manual de normas de editoração do IBICT*. 2. ed. Brasília, DF, 1993. 41 p.

KEHL, Renato. *A eugenia no Brasil*. São Paulo: Duprat & Cia, 1929.

LOBATO, Monteiro. *O presidente negro, ou o choque das raças: romance americano do ano 2228*. São Paulo: Globo, 1926.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Ed. Atlas, 2017.

MIGNOLO, W. D. COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. e329402, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt> Acessado em: 11 jul. 2025.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf Acessado em: 28 jul. 2025.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor-pesquisador: mitos e possibilidades. *Contrapontos*, Itajaí, v. 5, n. 1, p. 09–22, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.univali.br/index.php/contrapontos/article/view/230> Acesso em: 15 jul. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Ellen de Lima; CARVALHO, Alexandre Filordi de. “Cadê a criança negra que estava aqui?”: da visibilidade seletiva ao apagamento da criança negra na BNCC. *Debates em Educação*, Maceió, v. 14, número especial, p. 1–25, 2022. DOI: 10.28998/2175-6600.2022v14nEsp1-25. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12655>. Acesso em: 04 ago. 2025.

SOUZA, Thaís Godoi de; LARA, Larissa Michelle. *O estado da arte de comunidades quilombolas no Paraná: produção de conhecimento e práticas corporais recorrentes*. *Revista*



da Educação Física/UEM, Maringá, v. 22, n. 4, p. 555-568, out./dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/reveducfis.v22i4.10678>. Acesso em: 7 ago. 2025.

TRIBUNA DO PARANÁ. Terreiro na região de Curitiba sofre ataque racista: “seu lugar é na senzala”. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 3 jul. 2025. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/terreiro-na-regiao-de-curitiba-sofre-ataque-racista-seu-lugar-e-na-senzala/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

TOLEDO, Cèzar de Alencar Arnaut de; GONZAGA, Maria Teresa Claro. *Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas*. Maringá: EEduem, 2011.

VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1920.